



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - LICENCIATURA EM HISTÓRIA

“Tiradentes: um herói, duas interpretações”

Sued Roberto Costa Cardoso

Orientadora: Prof. Dra. Ana Inez Klein

Pelotas, junho de 2021

Sued Roberto Costa Cardoso

Tiradentes: um herói, duas interpretações

Monografia apresentado ao curso de
Licenciatura em História, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Licenciado em História.

Orientadora: Ana Inez Klein

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

Cardoso, Sued Roberto Costa

Tiradentes: um herói, duas interpretações / Sued Roberto Costa Cardoso ; Ana Inez Klein, orientadora. — Pelotas, 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Arquivo de museu. 2. São Borja. 3. Historiadora. 4. Missões. I. Klein, Ana Inez, orient. II. Título.

CDD : 907.202

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o meu trabalho de conclusão de curso, tenho muito a agradecer a Universidade Federal de Pelotas e aos grandes mestres que tive o privilégio de ser aluno. Eles me ensinaram a ver o mundo de um prisma muito especial e devo a eles o conhecimento que obtive durante este trajeto para a realização deste sonho.

Dando por concluída esta etapa extremamente importante da minha vida, quero dedicar este trabalho a três pessoas especiais.

Primeiramente quero agradecer a minha esposa, Vanlanice Machado Cardoso, que me incentivou, sem medir esforços, dando tudo de si, para que eu atingisse o sucesso, porque sabia da importância para a minha realização pessoal.

Quero também agradecer, de uma maneira muito especial, a minha grande motivadora, Margarita Saad Rabid, que sempre me lembrou da relevância de ir até o fim, mesmo quando tudo conspirava para o contrário, e nunca me deixou esquecer da importância de chegar lá.

Finalmente, quero agradecer a minha orientadora, Ana Inez Klein, que abraçou o meu trabalho, incentivando-me, apoiando-me nas horas de indecisão e, principalmente, nunca desistiu de mim. Devo muito a ela ao vislumbrar a linha de chegada.

RESUMO

O trabalho intitulado “Tiradentes: um herói, duas interpretações” busca, dentro de cenários diferenciados, a apropriação da imagem de Tiradentes por governos com ideologias distintas e faz, então, um comparativo destes dois importantes momentos da História do Brasil, a República de 1889 e a Ditadura de 1964.

A República, em seus momentos iniciais de transição de um cenário monárquico para o republicano, fortaleceu a imagem de um Tiradentes carregado de um sentimento positivista ligado a um contexto que utilizava sua imagem construída e fundamentada por ideais religiosos, onde o herói e personagem central é comparado a um salvador.

O período ditatorial utilizará um discurso onde a representação do militar Tiradentes contribuiu para legitimar a hegemonia do governo militar.

Estes dois momentos contribuem na construção e utilização político-ideológica na estratégia de implementar a figura de Tiradentes como herói nacional, cada um apresentando uma versão própria, ligada aos interesses condizentes a cada período. Destaca-se que a cultura escolar contribui para esta condição.

Palavras-chave: Tiradentes, República, Ditadura militar.

Resumen

El trabajo titulado "Tiradentes: un héroe, dos interpretaciones" busca, en diferentes escenarios, la apropiación de la imagen de Tiradentes por parte de gobiernos con ideologías diferentes y luego hace una comparación de estos dos momentos importantes en la Historia de Brasil, la República de 1889 y la dictadura de 1964.

La República, en sus momentos iniciales de transición de un escenario monárquico a uno republicano, fortaleció la imagen de un Tiradentes cargado de sentimiento positivista ligado a un contexto que utilizó su imagen construida y basada en ideales religiosos, donde el héroe y personaje central es comparado con un salvador.

El período dictatorial utilizará un discurso donde la representación de los militares Tiradentes contribuyó a legitimar la hegemonía del gobierno militar.

Estos dos momentos contribuyen a la construcción y uso político-ideológico en la estrategia de implementación de Tiradentes como héroe nacional, cada uno presentando su propia versión, vinculada a los intereses acordes con cada período.

Es de destacar que la cultura escolar contribuye a esta condición.

Palabras clave: Tiradentes, República, Dictadura militar.

Sumário

Introdução.....	12
Caítulo I – O processo de escolha de um herói republicano.....	14
Capítulo II – A transformação de Tiradentes em herói militar.....	17
Capítulo III – Reflexões sobre o herói Tiradentes no contexto escolar.....	22
Considerações Finais.....	25
Referências Bibliográficas.....	27

Introdução

O objetivo proposto neste trabalho tem como meta responder questionamentos que me levassem a entender como Tiradentes, José da Silva Xavier, mantém-se como herói nacional, mesmo diante de diferentes regimes políticos, ideologias e períodos diferentes de nossa história.

Não tenho a pretensão de inovar ou mesmo trazer algo novo e que já não tenha sido escrito por muitos outros historiadores, visto que, este tema já foi amplamente abordado, tanto Tiradentes como a Inconfidência Mineira.

Minha intenção é justificar as razões ou motivos que permitem ao personagem se manter como herói nacional, este mesmo personagem que ao se identificar com o povo brasileiro constrói-se como imagem de quem doou sua vida por um ideal, por uma causa nobre, personificando-o como salvador da pátria, e sua manifestação ligada ao ambiente religioso e que vem de encontro a natural religiosidade presente na população brasileira. Salienta-se que este encontra guarida no seio do povo que anseia por figuras que lhes representem, ligados a altos ideais e que lhes sirvam de referência ou parâmetro. Entre os setores da sociedade onde a memória de Tiradentes está presente, destaca-se o ambiente escolar.

Os períodos que pretendo analisar são dois recortes cronológicos e estão ligados à passagem da Monarquia para a República (1889 a 1894) e ao período da Ditadura que ocorre entre 1964 a 1985, que serão abordados comparativamente.

Este processo de apropriação dos heróis que se dá, encontra suporte na necessidade de representação aos governos que se sucedem devido a busca da figura ideal que sintetize e preencha os requisitos necessários, sejam eles religiosos, político ou militarista e, obviamente, crie uma identidade que esta passaria a ser, então, a projeção do próprio estado.

Neste primeiro momento de transição para o período republicano este herói é construído e forjado sob a luz do positivismo, presente naquele momento específico de nossa história.

É importante considerar e destacar que havia também uma disputa acirrada em relação a esta escolha e Tiradentes ainda não havia encontrado seu espaço, pois quem estava à frente para ocupar este papel seriam outros nomes mais ligados a figuras políticas.

As fontes que busquei estavam em artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Tomei como base o livro de José Murilo de Carvalho, “A formação das almas” e “O imaginário da República no Brasil”, como referência ao período republicano e outros que estariam ligados diretamente a construção do mito Tiradentes.

Todo o processo se desenvolve no sudeste brasileiro, mais precisamente, Rio de Janeiro, Brasília e o estado de Minas Gerais, centro do evento que vai elencar o nome do mártir a herói nacional, considerando os dois períodos dos quais referi-me anteriormente.

Diante dessas premissas, as perguntas que busco responder estão relacionadas a por que a escolha de Tiradentes está conectada ao aspecto religioso se naquele momento inicial da República o estado se tornava laico e frente a isto tornava a igreja separada definitivamente do governo que se criava.

Por que foi descartada uma figura feminina, unicamente pela presença representativa dentro da igreja e que correspondia a Virgem Maria?

A escolha de Tiradentes recai sobre ele porque os militares que praticaram o golpe de estado e viam nele a representação militar que o inseriu na escolha como uma alternativa dupla que atendia também a uma camada da população religiosa?

Como se justifica a permanência deste título e sua manutenção diante dos trabalhos de pesquisa em que os historiadores se aprofundam mais e mais com a clara intenção da busca da verdade e de seus interesses normalmente escusos? Portanto, a desconstrução destes heróis formados pelo estado diante da tecnologia hoje existente está condenada a desaparecer?

Caítulo I – O processo de escolha de um herói republicano

Quando trazemos questionamentos quanto a busca de uma explicação porque um país precisa de heróis, José Murilo de Carvalho argumenta:

“Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante.” (p.55)

Salienta também, Carvalho:

“A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva a tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva. Refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintonia, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará vão. Os pretendidos heróis serão, na maioria das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados.” (p.55)

O povo precisa ter referências e, antes de mais nada, precisa da construção de imagens de heróis que se conectem à identidade nacional e que

reforcem a própria posição do estado. O Estado, por sua vez, não pode fugir desta necessidade premente de ligação herói/povo.

Quando se cria a necessidade de escolha de um herói que represente a pátria, neste momento de transição no Brasil, período positivista, e que para estes, a idealização dos heróis era regra da estética comtiana: para os outros, era apenas parte da tentativa geral de criar o mito e o culto do herói, como enfatiza Carvalho.

Quando na fase inicial do período republicano, os nomes de possíveis pretendentes seriam inicialmente os que de alguma forma colaboraram para a fundação da República, que poderiam ser considerados pais fundadores. Seriam eles: Marechal Deodoro da Fonseca (militar), Benjamin Constant (positivista) e Quintino Bocaiúva (Liberal).

Murilo de Carvalho salienta ainda que Tiradentes tinha competidores históricos ao título de herói do novo regime, além dos rivais do dia 15 de novembro.

No Norte, a figura respeitável de Frei caneca. Foi um mártir rebelde, acusador, agressivo. Não morreu como vítima, como portador das dores de um povo. Morreu como líder cívico e não como mártir religioso.

Mas conforme Joseph Jurt, os três políticos que defendiam concepções bastante divergentes da República não estavam aptos a assumir um papel consensual de “pais fundadores”.

A partir daí que surge e cresce o nome de Tiradentes, figura histórica que será elevada a posição de mito.

Na iconografia de Tiradentes, colocava-se em relevo a analogia com a história da paixão de Cristo, bem conhecida neste país de tradições católicas, o que contribuía para o êxito da construção de Tiradentes como herói republicano (CARVALHO, 1990, p. 67).

Cláudia Regina Callari, doutoranda da USP, reforça este período de construção através de Augusto de Lima – poeta, futuro diretor do arquivo e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – que este foi um dos que mais se empenharam na consolidação do culto a Tiradentes, culto este que estava alicerçado, segundo o autor, em uma base real, verdadeira, trazida à luz pelo novo regime.

É importante ressaltar que a construção do herói não se dá sem antes haver um debate acirrado diante das figuras representativas, tanto políticas ou religiosas.

Murilo de Carvalho complementa e exemplifica ao dizer que:

“É certo que a preocupação com a construção do mito afeta e condiciona o debate historiográfico. Mas ela transcende tal debate, desenvolve-se dentro de um campo de raciocínio que extravasa os limites e os cânones da historiografia, pelo menos da historiografia praticada neste caso. O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência segundo mecanismos simbólicos que lhes são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica.” (p. 59)

Ao se deparar com a forma que se desenvolve a construção do mito devemos também entender como ele se mantém e quais as razões do êxito de Tiradentes. Murilo de Carvalho elenca uma série de possibilidades:

- Apelo a tradição cristã, que facilitava a transmissão da imagem de um cristo cívico.
- Geográfico: Tiradentes era o herói de uma área que, a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – as três capitanias que ele buscou, num primeiro momento, tornar independentes.
- O sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república.
- A aceitação de Tiradentes veio, assim, acompanhada de sua transformação em herói nacional, mais do que um herói republicano. Unia o país através do espaço, do tempo, das classes. Para isso, sua imagem precisava ser idealizada, como de fato o foi.

Capítulo II – A transformação de Tiradentes em herói militar

No período da Ditadura há uma nova visão que nos remetem a um apanhado de observações que nos trazem aspectos especiais daquele momento histórico e sua busca de um aparelhamento do herói que vai nortear e fortificar a imagem deste governo que hora se apresenta.

As análises aqui apresentadas se basearão nos trabalhos de Alice Fonseca Carvalho (Dissertação de Mestrado em História / Universidade Federal de Minas Gerais / A Conveniência de um legado Adequável – Representação de Tiradentes e da Inconfidência mineira durante a Ditadura Militar); André Vinicius Quintana Marcuzzo (Trabalho de conclusão de curso em História / Universidade Federal do Rio Grande do Sul / As representações de Tiradentes durante a Ditadura Militar através das páginas do Correio do Povo, entre 1964 e 1968) e Cláudio José de Carvalho Neto (Dissertação de mestrado em História Social / Universidade Federal do Ceará / “Quem será o herói dessa nossa história? Quem vai tecer o amanhã?: A disputa de narrativas e representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira na Ditadura Civil-Militar”)

André Marcuzzo nas suas análises iniciais já esclarece que a Ditadura Militar Brasileira, “para legitimar sua posição, era preciso tanto reprimir as forças subversivas quanto se aproximar da população e conseguir seu apoio”. É através da propaganda televisiva e da imprensa escrita que ela se manifesta buscando atingir todas as camadas sociais. A Ditadura aproveita-se da construção já existente no imaginário coletivo e que está presente na memória do povo tanto de Tiradentes quanto da inconfidência mineira na constante reprodução da História Oficial.

Marcuzzo enfatiza que “A propaganda ditatorial utilizava principalmente a televisão como mediador de seus discursos. Na imprensa, o uso de Tiradentes não foi a linha discursiva principal, apenas um pano de fundo” e continua esclarecendo que “em todo o território nacional sua imagem era utilizada nas escolas, por exemplo, em livros didáticos e manuais de moral e cívica. Para atingir toda a população não bastava ocupar-se de perpetuar um mito político

apenas nas novas gerações. Na imprensa, as publicações que remetiam a Tiradentes eram utilizadas tanto em discursos na Ordem do Dia (através do exército) quanto em matérias que tratavam acerca do feriado de 21 de abril, as quais buscavam, através da imagem dos inconfidentes, traçar uma linha sutil de legitimidade do regime”. Ele se dá durante o governo Médici que consolida as diretrizes que encaminham os projetos de propaganda, apropriando-se da Inconfidência Mineira e principalmente da figura de Tiradentes, conforme (MARCUIZZO, p.7.)

Marcuzzo afirma, ainda, que “a utilização da imagem de Tiradentes baseia-se em um pensamento ético-moral de longa tradição e uma pretensão de superioridade militar em relação aos civis” e continua dizendo que “No mito do herói cívico são carregadas algumas das características perpetuadas no pensamento militar. Um fato que facilita a utilização de Tiradentes pelos militares é a ponte que o mito faz: tanto carrega uma imagem de semelhança a Cristo quanto a de alferes” (p.7.)

“Não queremos trazer uma ideia de manipulação na questão do mito, mas sim como sua representação modifica-se neste período(...). Quando os militares destacam certos elementos do mito e suprimem outros, o que ocorre não é uma manipulação, mas sim uma releitura”. Conclui Marcuzzo. (p.8.)

“O uso por parte dos militares de Tiradentes ganhou força no período: processo facilitado devido às diversas lacunas deixadas pela história da Inconfidência Mineira, já que foi uma revolta que não aconteceu, sem vitória, sem governo, sem enfrentamento e o único sangue derramado foi de Tiradentes”, salienta Marcuzzo” (p.15.)

Outro ponto que se refere Marcuzzo é “o uso da palavra fé e a concepção de garantir um sentido religioso às ações da Inconfidência em nome da Democracia. Tal concepção traz a relação com o conservadorismo presente nas camadas médias da sociedade, em parte, que apoiaram o golpe, como podemos nos recordar da Marcha da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade. O reforço da religião e do emprego de palavras como fé produzem um antagonismo ao ateísmo comunista. Projeta o exército como protetor dos valores católicos e do conservadorismo”. (p.34.)

O jornalista Fay de Azevedo ressalta “a referência à lei promulgada pelo governo militar em 09 de dezembro de 1965 que define Joaquim José da

Silva Xavier como patrono cívico da nação brasileira, obrigando as instituições públicas a comemorarem a data e ainda comenta:

“Vultos de nossa história, como Tiradentes, José Bonifácio, Duque de Caxias, Rui Barbosa, são, antes de tudo, símbolos. Símbolos de aspirações decisivas da nacionalidade. E como tais devem permanecer intocáveis para a reverência da posteridade. Sobretudo, numa hora como a atual, de novos rumos para a esta nossa eternamente instável e subdesenvolvida democracia. Hoje, o símbolo “Tiradentes” ganha expressão e densidade – porque deve servir de inspiração e guia à arrancada para a implantação de uma nova ordem democrática realística, que, através de um desenvolvimento factível leve à independência sonhada por Tiradentes. (Correio do Povo, 24. 24 de abril de 1966, p.7.) (p.43.)

Fay de Azevedo conclui e descreve a importância que Tiradentes ganhou no governo militar, sob a ótica de ser uma democracia realística. Nesse ponto demonstra uma defesa do símbolo para a construção da democracia através de uma ditadura militar. (p.43.)

Aline Fonseca Carvalho destaca que a apropriação do mito Tiradentes e a Inconfidência Mineira “Não se iniciou durante a ditadura o uso político dessa passagem da história colonial brasileira e nem, tampouco, lá se estancou. A escolha deste recorte temporal se deve primeiramente, ao fato de que a propaganda legitimadora dos militares desse período não se limitou a usar apenas um, mas lançou mão de todos os motes que estiveram a seu alcance, para tecer sua rede de justificativas e promover sua aceitação popular. E também não foi exclusividade da atuação dos militares enquanto governantes do Brasil.

Aline Carvalho prossegue sua análise comentando que “a parte em que a ditadura contribuiu para esse movimento mitológico se deu pela mistura de temáticas envolvidas em discursos que, inicialmente, partem da exaltação a Joaquim da Silva Xavier ou ao movimento inconfidente, como um todo. A função da manutenção, evocação e utilização de um mito político aconteceu, na maioria das vezes, para introduzir outra temática, como militarismo e princípios morais. Nesses discursos inflamados de devoção cívica, quase sempre estão embutidos interesses maiores, que evocam o passado para confundir o espectador e fazê-lo concordar com tais medidas ou assimilar uma ideologia”.

Aline Carvalho exemplifica ao dizer que “No início do governo militar sua aceitação se deu graças a um grande trunfo. Para a manutenção do regime militar, por 21 anos, a luta contra o comunismo e as forças subversivas foi fundamental. O imaginário ditatorial foi tecido sobre esta luta em que o comunismo representaria o mal e os militares – o estado – o bem. A luta do governo militar contra a subversão comunista poderia ser facilmente comparada à luta dos inconfidentes mineiros contra a coroa portuguesa, ou a liberdade contra a opressão. Consultando os livros didáticos de história ou os manuais de Moral e Cívica utilizados nesta época é possível ter uma noção desse posicionamento maniqueísta e ingênuo.

Não será esgotada a propaganda ditatorial, ela não é o foco da pesquisa. O foco é a continuação do uso da Inconfidência Mineira e, sobretudo, Tiradentes na história política do Brasil. A construção da memória desse evento não se deu linearmente. É composta por tijolos que cada troca de poder e cada lado da briga política cotidiana, seja situação ou oposição, põe na dinâmica dessa mitologia e dá sua contribuição para a manutenção e movimento da mesma.

Por vezes, o mote da Inconfidência Mineira foi usado por políticos e intelectuais, para discretamente convencer a população a contribuir para manutenção do governo ditatorial ou apontar as falhas e exageros do sistema governamental vigente”.

Aline Carvalho se debruça sobre discursos e ordens do dia do exército, textos jornalísticos e sobre o material didático e ainda o encarte estudantil Gurilândia durante o período da Ditadura Para mostrar como era construída a propaganda de governo.

Sobre os discursos oficiais, a autora mostra que proferidos em palanques, destinados às solenidades do dia de Tiradentes, comparam a situação política ou social brasileira do período com os fatos da Inconfidência Mineira. Os temas são bem diversificados, passando pela liberdade, pela disciplina e pela moral, por exemplo.

Será possível perceber onde estão implícitos símbolos e signos linguísticos e o que eles oferecem aos formadores de opinião popular. E mais uma vez o cidadão comum se vê bombardeado de ícones a serem assimilados

e que certamente vão interferir nas imagens que estes fazem sobre a conjuração de 1789.

Quanto as ordens do dia, o processo de análise é o mesmo, mas o olhar sobre essas fontes terá que ser diferenciado, pois se trata de textos produzidos pelo exército e para o exército. O objetivo não é mais manipular a opinião da população em geral, já que a circulação desses textos é interna.

Essa documentação permitirá perceber como o exército projetava a imagem da Inconfidência. Percebe-se o imaginário pelos olhos de quem, naquele momento, tentava usá-lo em proveito próprio.

Acredita-se que a farda seja o símbolo por excelência escolhido pelos propagandistas do governo militar para unir Tiradentes ao exército naquele momento da História brasileira.

Mas, o maior símbolo do imaginário sustentador da ditadura é, sem sombra de dúvida, o conjunto das 'forças subversivas' ou, em outras palavras, o anticomunismo.

Embora a questão da carreira militar do alferes Silva Xavier fosse tema central dessas ordens do dia, o anticomunismo também se fez muito presente.

Quanto aos textos jornalísticos, a autora diz que os textos, pelo menos aparentemente, foram escritos pelos jornais, trazem resumos da vida do alferes, programação para as comemorações do dia de Tiradentes, textos informando novidades na cobertura das solenidades, guias turísticos de cidades mineiras que fazem menção aos inconfidentes, especulações sobre a descendência genealógica de Tiradentes, críticas a historiografia, entre outros muitos tipos de reportagens.

Foram colhidos artigos tanto no jornal mineiro, Estado de Minas, quanto ao carioca, Jornal do Brasil. Esses artigos relacionam assuntos variados dentro do grande tema da Inconfidência Mineira. Muitos deles têm preocupação moralizante e não política, propriamente dita.

O terceiro tema elencada pela autora vai ao encontro dos locais onde estão as referências a Tiradentes e ao movimento como um todo dedicadas ao público infantil e adolescente, em formação escolar, trazem diversos assuntos embutidos. Assuntos estes que vão desde a insistência em dizer que Tiradentes era um alferes, portanto, militar, até os jograis onde ele é escancaradamente comparado a Jesus Cristo.

Capítulo III - O herói Tiradentes no contexto escolar

O trabalho aqui apresentado surgiu de uma questão bastante pontual. Como aluno do Curso de Licenciatura, ao tomar conhecimento de uma pesquisa que apontava o nome de Tiradentes como o herói nacional mais lembrado entre crianças em idade escolar.

Com o objetivo de buscar compreender a força recriadora deste herói, adaptando-se à diferentes etapas da História do Brasil, considerou-se necessário compreender estas mudanças de valores imputadas à figura de Tiradentes para, refletir a apropriação que a cultura escolar realizou e que tanta influência exerce até os dias de hoje nas crianças.

A partir do ano de 1969, o ensino de “Educação Moral e Cívica” tornou-se obrigatório nas escolas de primeiro e segundo graus. Essa disciplina tratava, basicamente, de apresentar e incentivar o respeito e adoração pelos símbolos nacionais, tais como hinos, bandeira, grandes acontecimentos e heróis. Também se ocupava da educação moral, como o próprio nome diz. Nesta parte, valores como caridade e família eram expostos de forma bastante doutrinária.

Aline Carvalho conclui, ao relatar que o Estado de Minas trazia, semanalmente, um caderno destinado ao público infantil chamado Gurilândia. Nas proximidades do dia de Tiradentes, esse trazia textos simples e com teor parecido com os livros de Moral e Cívica.

Logo as fontes primárias são: discursos oficiais e ordens do dia, artigos do Estado de Minas e do Jornal do Brasil, material didático e o caderno infantil semanal do Estado de Minas – todas as fontes datadas entre 1964 e 1984. A partir delas, percebe-se que pontos da História da Inconfidência Mineira serviram a quem e como nos processos de legitimação política, criação e fixação de um imaginário, perpetuação e/ ou reconstrução da memória desse movimento do século XVIII.

A partir da análise dessas fontes ficará perceptível o tipo de pensamento e o tipo de cidadão que essas escolas, o exército e os jornais estavam formando, usando como pano de fundo a Inconfidência Mineira.

O terceiro trabalho analisado, de Cláudio José de Carvalho Neto avalia “a penetração do mito e o imaginário de Tiradentes faz-se visível. Que suas evocações foram uma constante não é de causar surpresa, dada a projeção que tal herói tem no corpo do panteão nacional. Admira, porém, ao observarmos que movimentos tão antagônicos e opostos tenham conseguido ver, no mesmo signo central, significados tão opostos. E, mais do que ter essas concepções diferentes sobre o heroísmo ou a narrativa sobre Tiradentes, uma motivação, ainda mais latente, que levou a disputar as narrativas e a imagem desse mito”. (p.21.)

Salienta Carvalho Neto: “A evocação de diversos membros do panteão de heróis para dar legitimidade ao movimento que Costa e Silva encabeçara e que tinha seu novo “ungido”, o presidente-ditador recém conduzido ao cargo, ocupando-se das celebrações públicas do mesmo mito-Tiradentes e buscando, ele também, reforçar esses argumentos a fim de legitimar o movimento golpista que o conduzira ao posto. Porém, mais do que convencer sobre as necessidades que teriam justificado a ação tomada pelos generais, era preciso atualizar a urgência, em busca da construção, de consensos, para buscar ganhar ainda mais adesão popular ao regime que ali se iniciava”. (p.41.)

Carvalho Neto continua: “como podemos observar Tiradentes não só aparece em fardas e com sua patente de alferes, como, agora, sua imagem é atrelada as forças conservadoras e repressivas do estado, em nome da garantia não apenas da liberdade, mas da “ordem”. Bastante diferente das narrativas mais comumente compartilhadas pelos civis, pelas artes e pelos historiadores, que apelam ao “revoltoso”, ao “mártir” e ao “messias”, com tradicional alva de condenado e corda no pescoço, o Tiradentes homenageado pelo presidente Dutra, em um discurso outra vez um tanto endógeno, torna-se patrono e protetor dos próprios militares, dando assim respaldo às suas ações”. (p.49.)

Justifica Carvalho Neto que “Por mais que a figura militarizada e seu posto de alferes, fosse um signo muito mais presente e comumente lembrado nos meios militares, com o golpe que levou os oficiais saídos das casernas ao palácio do Planalto, esse discurso vinha, paulatinamente, ganhando cores mais fortes e, muitas delas, podemos dizer, eram em tons camuflados em verde oliva, tal como agradava aos militares.

A partir daquele momento em que o general-ditador eleva um herói, cada vez mais militarizado, à condição de patrono cívico do povo brasileiro, vemos a tentativa de consolidar uma narrativa que associava os militares e os símbolos das forças armadas a Tiradentes.

Operando no campo do simbólico, o regime busca legitimar sua imagem de tutor e guardião da “frágil” república brasileira ameaçada, podando as liberdades básicas e cerceando a participação e a representação popular nos cargos do estado”. (p.51)

Conclui Carvalho Neto quando “Vemos, novamente, a anulação da consciência política e da capacidade da própria população de exercer seu papel na construção da nação, face aos pensamentos dos verdadeiros donos e senhores do poder, que comandavam a república. Ali, outra vez, vemos um Tiradentes evocado para servir aos ideais conservadores que, a despeito das decisões do povo, tomam medidas em nome de conceitos abstratos de unidade como “a pátria”, “a tradição” ou o que seja. O importante, naquele momento, era que “novos inconfidentes” surgiam para livrar o Brasil de um caminho desastroso e leva-lo a ser o que sonhavam os inconfidentes”. (p.52.)

O exército, os jornais e as escolas, portanto, são forças potentes na construção de um imaginário sobre a História do Brasil. De uma forma provocativa, encerra-se este capítulo com seguinte questão: isolada de outras instâncias como a imprensa, ou a mídia em geral, seriam o exército ou a escola, capazes de influenciar de forma tão forte a escolha de Tiradentes como o maior herói da História do Brasil? Estamos aqui diante de uma situação em que o Terceiro Poder mostra a sua verdadeira força?

Conclusão

Os autores ao abordarem os caminhos trilhados por Tiradentes, para atender os mais diversos interesses, e ao percorrer estes caminhos percebe-se que há sempre uma dúvida em relação ao enquadramento deste personagem histórico como herói religioso, militar ou político.

Este herói multifacetado, esquartejado no sentido de lhe darem características ideológicas e de lhe imprimirem uma roupagem a atender a direções diversas.

O mito que é limitado ao pequeno círculo dos beneficiários dos diferentes regimes e que encontra guarida no seio de uma população alienada, refém do que lhe é apresentado, passa então a ser manipulada, pois o povo nunca esteve presente ou foi chamado para a sua construção, da mesma forma que a transição da monarquia para a república não teve o concurso do povo., ou seja, ele esteve sempre ausente nas diversas escolhas propostas.

A República então que se apresenta, na sua fase inicial, com cunho positivista, escolhe Tiradentes como herói nacional, porque este lhe convém aos seus interesses e associá-lo aos meios religiosos, desprezando os entes políticos.

Tiradentes é despojado de sua natureza humana, com todas as suas imperfeições e é elevado a uma figura quase divina, quando é comparado ao próprio Cristo.

A projeção desta figura irreal, manuseada, usurpada de seus reais valores e verdades, é exposta e projetada como alicerce de múltiplos interesses e ideologias, jogado ora para a direita, ora para a esquerda.

Sua identidade sobrevive com diversas faces e sua inspiração tinha uma origem definida: a religião, entretanto sem desligar-se de uma sustentação política e ideológica.

Na República, os símbolos definidos então por uma elite, tinha como prerrogativa a aproximação das camadas na maioria analfabetas e buscar sua

aceitação, pois era de interesse fortalecer os símbolos nacionais e entre eles, o herói Tiradentes, que lhe dariam suporte a afirmação do elo pretendido.

Os militares quando tomam o poder buscam mecanismos de manipulação e desenvolvem uma base doutrinária para atingir toda a população.

É através dos livros didáticos que se atinge a comunidade escolar com uma orientação específica de direcionamento ideológico.

O público adulto, recebe esta mesma orientação através dos meios de comunicação, TV, jornais e rádio.

Na prática, esta base doutrinária, então presente, fornecia uma enxurrada de informações pré-classificadas e que tinha o desejo de atingir o controle da população em geral, e daí então, se impõe um Tiradentes disciplinado, obediente e repleto de perfeições.

Um herói despojado, que os militares lhe conferem um novo significado, usando a sua imagem distorcida para sustentação do regime, e encontram nele o militar fardado que passa então a representar o exército e sua manifestação como continuidade a uma luta que havia sido interrompida com a sua morte.

Lapidado, reinventado, ele é manipulado devido a sua enorme penetração, não só do imaginário, como também apoiado na sua narrativa, dentro de um contexto fundamentado no imaginário sobre o mesmo, ele então se fará presente na intervenção para o desenvolvimento de um projeto militar para o Brasil. Tiradentes é então configurado com as cores da Ditadura.

Sua permanência no imaginário das crianças em idade escolar nos desafia e pensar o poder da cultura escolar, suas possibilidades, seus obstáculos, no sentido da construção de uma história e uma memória suficientemente críticas a ponto de valorizar o conhecimento histórico no combate aos discursos que acabam por esvaziar o melhor que a história tem para nos fornecer: o pensamento crítico.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Pereira de. Tiradentes. Rio de Janeiro: Centro Positivista, 1984.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. A verdade sobre Tiradentes. Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Artes, s. d.

BARROSO, Gustavo. “Os retratos de Tiradentes”. O Cruzeiro, 23/4/1955.

CARVALHO NETO, Cláudio José de “Quem será o herói dessa história? Quem vai tecer o amanhã?”: A disputa de narrativas e representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira na Ditadura Civil-Militar. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2019.

CARVALHO, Aline Fonseca. “A conveniência de um legado adequável: Representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CINTRA, Francisco de Assis. Tiradentes perante a história (revelações sobre a Inconfidência Mineira). São Paulo: Livraria do Globo, 1922.

COSTA, Cruz. O Positivismo na República. Notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

ENDERS, Armelle. Os vultos da nação. Fábrica de heróis e formação dos brasileiros. Rio de Janeiro. FGV, 2014.

FICO, Carlos. Além do golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. (s.c.): Record, 2004.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. Da Infância ao Altar da Pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2001.

FURTADO, João Pinto. O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

JARDIM, Márcio. A Inconfidência Mineira: uma síntese factual. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1989.

MARCUZZO, André Vinicius Quintana. As Representações durante a Ditadura Militar através das páginas do Correio do Povo, entre 1964 e 1968. TCC. História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MATHIAS, Herculano Gomes. Tiradentes através da imagem. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

MAXWELL, Kenneth. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MICELLI, Paulo. O mito do herói nacional. São Paulo: Contexto, 1988.

MILLIET, Maria Alice. Tiradentes: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jutahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo: V. 15, n. 29. P. 9-27, 1995.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

SANTOS, Lúcio José. A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

STARLING, Heloísa. Os Senhores das Gerais: novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.